



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

JOÃO LUCAS TIODOSIO VIEIRA

**ELEMENTO SUSPEITO EM TERRITÓRIO ESTIGMATIZADO:
EFEITOS PISCOSSOCIAIS DA ATUAÇÃO POLICIAL NO DISTRITO DE
ANTÔNIO DIOGO EM REDENÇÃO-CE**

REDENÇÃO - CE

2017

JOÃO LUCAS TIODOSIO VIEIRA

ELEMENTO SUPEITO EM TERRITÓRIO ESTIGMATIZADO:
EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA ATUAÇÃO POLICIAL NO DISTRITO DE ANTÔNIO
DIOGO EM REDENÇÃO-CE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

REDENÇÃO – CE

2017

JOÃO LUCAS TIODOSIO VIEIRA

ELEMENTO SUPEITO EM TERRITÓRIO ESTIGMATIZADO:
EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA ATUAÇÃO POLICIAL NO DISTRITO DE ANTÔNIO
DIOGO EM REDENÇÃO-CE

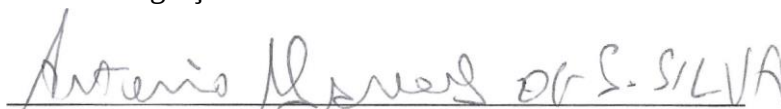
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Bacharelado em
Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de
Humanidades e Letras (IHL), da Universidade
da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (Unilab), como requisito final para a
obtenção do título de Bacharel.

Data: 20/12/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Antônio Marcos de Sousa Silva (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Redenção - CE
2017

Agradecimentos

À minha mãe Francisca Heloisa e minha avó Maria Natália meus maiores exemplos de ser humano e a quem dedico todo o meu estudo. Agradeço por todo o carinho, incentivo e suporte incondicional, mesmo perante as próprias dificuldades, sem os quais não teria sido possível alcançar essa conquista.

À Jessi Kelly Gonçalves que me acompanhou por muito tempo durante essa jornada. Agradeço por todo o amor, confiança e carinho; pelas experiências, pelos ensinamentos, pelas conquistas e por todo o incentivo e apoio durante os momentos difíceis, de desânimo e cansaço. Meu muito obrigado por me ensinar a dividir a vida e transformar essa jornada em algo inesquecível.

Ao meu orientador Prof. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos pelo tempo dedicado à elaboração desse trabalho, pelo suporte, paciência, direção, correções e incentivos, sobretudo por compartilhar conhecimento.

À Willian Almeida pela parceria, companhia, pelo tempo de descontração, pelas conversas, dicas e, sobretudo, pela amizade.

À família Maciel de Almeida: Fabicíola, Bruno Lindsey, Isabela e Ricardo que se tornaram minha segunda família. Agradeço pelo carinho, pelas conversas, apoio, conselhos e hospitalidade.

Aos professores do Bacharelado em Humanidades da UNILAB que contribuíram com meu aprendizado e me fizeram enxergar o mundo com outros olhos, especialmente os professores Antônio Marcos Silva e James Moura Jr. que dedicaram seu tempo para fazer parte de minha banca de graduação.

A todos que fizeram parte direta e indiretamente dessa trajetória, meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho buscar trabalhar a estigmatização territorial do distrito de Antônio Diogo em Redenção-CE, ao ser percebido como “perigoso e violento” através da associação entre tal estigma, a construção de um elemento suspeito e as formas de atuação policiais, bem como os efeitos psicossociais provenientes dessa dinâmica. Para tanto a pesquisa se valerá, para obtenção de dados, principalmente de métodos qualitativos, através de etnografia (observação participante) e de triangulação de métodos quantitativos e qualitativos/georreferenciados para obtenção de dados complementares. Para fundamentar a pesquisa faz-se uso, principalmente, das perspectivas de Silvia Ramos e Leonarda Musumeci e Luiz Fábio Paiva. Ainda faz se uso de outros pesquisadores da área da segurança pública como apoio teórico complementar.

Palavras-chave: *Elemento suspeito, território estigmatizado, abordagem policial, violência.*

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	11
2.1. OBJETIVO GERAL	11
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3. JUSTIFICATIVA.....	12
4. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	14
5. HIPÓTESES.....	15
6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
7. REFLEXÕES METODOLÓGICAS.....	27
8. MÉTODOS / DESENHO DOS INSTRUMENTAIS DE PESQUISA	28
9. PLANO DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	31
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES.....	33

1. APRESENTAÇÃO

Este projeto dispõe-se a trabalhar com a temática da (In)Segurança Pública, sobretudo no que se refere a questão da estigmatização socioespacial de indivíduos e lugares e suas implicações psicossociais no reconhecimento dos direitos e na segurança das pessoas que frequentam ou residem nesses espaços.

O campo escolhido para análise, o distrito de Antônio Diogo, encontra-se no município de Redenção, no interior do Ceará e que faz parte da região conhecida como Maciço de Baturité. O município de Redenção conta com um contingente populacional de cerca de 26.415 habitantes segundo o último censo do IBGE (2010). Possui um semblante histórico na abolição da escravatura no Brasil, sendo a primeira cidade do Brasil a libertar os seus escravos. É preciso, também, salientar que a cidade, tanto nas regiões centrais quanto nas periféricas, tem passado por um processo de mudança significativo, especialmente na demografia, economia e visibilidade a partir da implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) em 2010. Entretanto a cidade, como qualquer outra, tem seus problemas. Destaca-se aqui, neste projeto, a precariedade na área da Segurança Pública.

Conforme o relatório da pesquisa *“Diagnóstico da segurança pública e da mortalidade e criminalidade violenta no maciço do Baturité”* do PIBIC-UNILAB, coordenada pelo prof. Thiago Vasconcelos, foi identificado um processo de interiorização da violência no Brasil, onde os índices de homicídios se ampliaram nos municípios do interior dos estados brasileiros. Estados da região Sudeste que se sobressaíam nos índices – Rio de Janeiro, e São Paulo – reduziram suas taxas, em contrapartida muitos estados do Nordeste tiveram um crescimento significativo em suas taxas. O Ceará foi um desses estados a demonstrar tal ampliação. Segundo dados da pesquisa, os municípios que compõem a AIS 15¹ mostraram, geralmente, taxas de crescimento de *mortes por causas externas*² e *homicídios*³ (entre 1996-2015) proporcionais ao seu contingente populacional. No entanto, Redenção se destaca como uma exceção à essa proporção: a cidade é a quarta mais populosa da AIS 15 e seus índices crescentes se aproximam em muito de Baturité (terceira mais populosa), considerando, para tanto, que a diferença populacional estima-se ser entorno de 7 mil habitantes (desconsiderando a população

¹ Cada Área Integrada de Segurança (AIS) corresponde a delimitações geográficas do Estado do Ceará que engloba várias cidades ou bairros (Fortaleza), contando com uma sede, um comandante da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, e um delegado responsável pela AIS.

² Acidentes e violências.

³ Por agressões e por arma de fogo.

UNILAB). Nessa datação (1996-2015), segundo a pesquisa, foram contabilizadas, em Baturité 450 mortes por causa externa, 169 mortes por homicídio, sendo 81 por armas de fogo. Em Redenção foram 423 mortes por causa externa, 156 homicídios, onde 84 foram por armas de fogo. Ao agregar, porém, os dados de Redenção e Acarape – que se sugere possuir tecido social bastante semelhante à Redenção, dada a história compartilhada e a proximidade geográfica (cerca de 3 km) – a pesquisa demonstrou uma superação dos índices de Baturité, sendo 242 homicídios dos quais 132 por arma de fogo.

Aliando aos dados propostos a observação do cotidiano, pode-se perceber uma projeção, sob perspectivas de moradores e externos, de Redenção como cidade perigosa. Não muito raramente alguns casos de violência na cidade aparecem nas páginas dos principais jornais do estado. Contudo, ainda que percebida como “perigosa”, em um contexto geral, a cidade possui, internamente, territórios que se sobressaem nesse quesito. Dentre os locais tidos como bastante perigosos no município, dois se destacam: Boa Fé e Antônio Diogo, que foram palcos de alguns casos emblemáticos de violência e crime, e os supostos lugares “onde vivem os bandidos”.

Um caso anunciado em jornal, se destaca por agregar mais de um cenário ao conectar os dois bairros mencionados acima. O acontecimento teve início em Antônio Diogo e teve seguimento em Boa Fé:

População relata tensão e medo

Passaram-se dez dias desde que cinco pessoas, dentre elas dois adolescentes, foram mortas após suposto confronto com policiais militares dentro de uma casa na Serra dos Ventos, Distrito de **Antônio Diogo**, em Redenção, a aproximadamente 55 quilômetros de distância de Fortaleza. No velório [Boa Fé] do mais jovem dentre os mortos, um grupo invadiu a cerimônia e pôs fogo no corpo. Na região, a população relata que impera a lei do silêncio: ninguém viu, ninguém ouviu. Também reina o sentimento de indignação: muitos questionam a ação militar e afirmam que dentre os mortos havia três pessoas ilibadas. (*Diário do Nordeste*, 07/12/2015) sem grifo no original

Ao exemplificar mais casos de violência em Redenção pode-se perceber que vários deles estão ligados a esses locais:

Cinco corpos são encontrados em um canal na cidade de Redenção

Cinco corpos do sexo masculino foram encontrados [...] em duas covas rasas feitas dentro de um canal, situado em uma propriedade privada onde funciona uma usina e um engenho, na cidade de Redenção (a 63 Km de Fortaleza). Quatro dos cadáveres são, provavelmente, de adolescentes que haviam sido sequestrados de uma residência e estavam desaparecidos, desde

o último dia 19 de agosto. A Polícia ainda não tem informações sobre a identificação do outro corpo. Conforme a Polícia, quatro adolescentes que tinham entre 14 e 16 anos, identificados como Jonathan Araújo de Brito, Iranildo Leitão da Silva Filho, Erineudo Leitão da Silva Brito e Távio da Silva Sousa, estavam em uma casa, no bairro **Boa Fé**, na noite de 19 de agosto e foram arrebatados por um bando formado por cerca de seis homens, em um automóvel não identificado. (*Diário do Nordeste*, 02/09/2014) sem grifo no original.

Pastor é morto durante culto religioso no Interior do Ceará

O radialista e pastor Henrique Júnior de Moraes foi assassinado na noite desta quarta-feira (21), em **Antônio Diogo**, distrito de Redenção, distante 55 quilômetros de Fortaleza. Informações do 1º Batalhão de Polícia Militar (1ºBPM) de Redenção colocam que Henrique estava em um culto religioso, quando dois homens chegaram anunciando assalto. Logo em seguida, três tiros foram disparados contra o pastor, que faleceu no local, aos 49 anos. Ainda de acordo com o BPM, o pastor não reagiu e os homens não levaram nada, o que levanta a hipótese de uma execução. (*Diário do Nordeste*, 21/09/2016) sem grifo no original.

Corpo carbonizado é encontrado em matagal em Redenção

Um corpo carbonizado foi encontrado nesta terça-feira (5), na comunidade Boa Fé, no município de Redenção, no Maciço de Baturité. A vítima, identificada como José Cláudio Oliveira dos Santos (40), estava desaparecida desde ontem, quando saiu de casa pela manhã. Familiares relataram que estranharam que José não tivesse retornado para casa ao meio-dia ou no fim da tarde. Algumas ligações para o celular da vítima foram feitas, mas sem êxito. A Polícia foi acionada e os familiares decidiram fazer buscas nas proximidades. Um carro foi encontrado por volta de 7h desta terça, em um matagal. Através da identificação da placa, os familiares tiveram certeza que se trata do veículo de José Cláudio, encontrado carbonizado no carro. Um adolescente foi identificado e apreendido. Ele é suspeito de participar do crime. A Polícia confirma que o corpo pertence à vítima. A causa do crime permanece desconhecida. A vítima não tinha nenhuma passagem. (*CNEWS*, 05/07/2016)

A difusão dessas notícias, ainda que sem o sensacionalismo, implica na propagação do *medo* e da sensação de insegurança. Com isso, quem reside nesses espaços enfrentam dificuldades que de um lado derivam dos episódios de violência urbana e de outro se devem à representação cotidiana de lugar violento e perigoso. (PAIVA, 2007) Não é incomum que casos desse nível ou mesmo em proporções menores virem pauta nas conversas na cidade, da mesma forma que, ao falar desses locais, não é incomum que surjam máximas como “lá é muito perigoso, só tem o que não presta”.

Este projeto dá ênfase para a análise do distrito de Antônio Diogo, um território periférico localizado a uma distância considerável do centro da cidade, aproximadamente

11km, e que detém os requisitos para alcançar o *status* de município no Nordeste como possuir “uma população superior a oito mil habitantes; eleitorado superior a 40% de sua população; centro urbano já constituído, com número de prédios residenciais, comerciais e públicos superior a 400 unidades.” (*Diário do Nordeste*, 20/09/2011) Ao dispor, portanto, dos requisitos necessários, o distrito de Antônio Diogo demonstrou pretensão em emancipar-se politicamente de Redenção, embora o plebiscito necessário não tenha sido alcançado:

Distritos de Jurema e Antônio Diogo apresentam pedidos de emancipação

Lideranças dos distritos de Jurema, no município de Caucaia; e **Antônio Diogo**, em Redenção, apresentaram, [...], pedidos de emancipação à Assembleia Legislativa. Com estes, já são sete os distritos que protocolaram na Presidência da Casa a documentação exigida pela lei complementar para a criação de novos municípios no Ceará. [...] O diretor da Associação Emancipalista de Antônio Diogo, Haroldo Silva, disse ter confiança na emancipação do distrito, que tem quase 10 mil habitantes, um bom centro comercial e economia baseada na agricultura. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2009)⁴

Antônio Diogo possui uma construção histórica interessante que gira em torno de isolamento e controle social. Originalmente o território – na época denominado *Cannafístula* – foi escolhido como local para isolamento de pessoas “incômodas”; para servir como *depósito de doentes* – hoje conhecidas como *hansenianos*, à época como *leprosos* – com a criação de uma Colônia leprosário em 1928, O leprosário recebeu o nome do principal investidor em sua criação, o Coronel Antônio Diogo. (FERREIRA, 2009) Nome que superou o leprosário e hoje nomina o distrito. A escolha geográfica da instalação não fora por acaso, o local possuía um passado relacionado ao exílio de pessoas:

O leprosário localizou-se no mesmo lugar em que se buscou exilar os órfãos flagelados da seca com a vontade de criação de uma Colônia Orfanológica, denominada Colônia Cristina, em 1879, pelo decreto nº. 1. 876. E tal local, também, fora planejado para indivíduos de mau comportamento, que deveriam ser destinados a uma Colônia Correccional Agrícola, decretada pela lei nº. 158 de 10 de setembro de 1894. (FERREIRA, 2009, p.3)

No distrito ainda residem antigos pacientes do antigo *leprosário* – cuja menção dessa palavra se observa nitidamente desconfortável para alguns moradores por remeter às condições do isolamento dos enfermos no passado – hoje o espaço de convivência é tratado pelos

⁴ Disponível em:< <https://al-ce.jusbrasil.com.br/noticias/2074346/distritos-de-jurema-e-antonio-diogo-apresentam-pedidos-de-emancipacao>> Acesso em: 05 dez. 2017

moradores apenas como Colônia. Esse histórico remete àquilo que Goffman (1988) classifica como estigma relacionado às “abominações do corpo”⁵.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O presente trabalho busca compreender as implicações psicossociais provenientes da inter-relação entre três elementos: *ação policial*, *construção do suspeito* e *estigmas territoriais*, especificamente no distrito de Antônio Diogo – embora ainda considerando o amplo território do município de Redenção para fins de comparação. Para tanto a pesquisa se valerá, para obtenção de dados, principalmente de métodos qualitativos, através de etnografia e de triangulação de métodos quantitativos e qualitativos/georreferenciados para obtenção de dados complementares.

2.2. OBJETIVO GERAL

O projeto de pesquisa tem como objetivo principal compreender a estigmatização espacial de Antônio Diogo, distrito do município de Redenção- CE, como “território perigoso e violento” a partir da construção simbólica de um “elemento suspeito.

2.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o *modus operandi* das forças policiais na região da perspectiva da “comunidade” (quem teve contato direto ou indireto com a abordagem) e do ponto de vista dos policiais;
- Identificar os critérios para a abordagem policial e analisar a alegada relação com a construção de um “elemento suspeito” baseado em determinados marcadores sociais - idade; gênero; cor de pele; vestimenta; situação.

⁵ GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

- Analisar as formas de classificação dos denominados suspeitos – *vagabundo, pirangueiro, maconheiro, etc.*;
- Analisar os efeitos psicossociais dos elementos constituintes da suspeição e da violência na população civil e nos próprios policiais.

3. JUSTIFICATIVA

A atuação do Estado na área da Segurança Pública no Brasil deixa muito a desejar no que deveria ser seu princípio básico: garantir a segurança dos cidadãos. Segundo Costa (2004)⁶, nas últimas décadas o Estado e as suas políticas de segurança pública têm encontrado complicações para mediar os conflitos e reagir ao crime sem desrespeitar os direitos da população e abusar do monopólio do uso da força.

Conforme Adorno (1996)⁷, ao longo da história o país foi marcado por ações estatais extralegais violentas e autoritárias e por negligência – ao não assegurar os direitos de determinados indivíduos – que perduraram através das transições políticas do país como no regime monárquico, republicano e no Estado Novo. O período posterior ao Estado Novo, apresentou intervalos democráticos (1945-1964), mas um longo período ditatorial (1964-1985). Apenas em 1989 mudanças políticas que ampliaram e garantiram direitos da população civil com a promulgação da Constituição de 1988. Contudo, o contexto da criminalidade e da violência, já enraizado, permaneceu e se ampliou promovendo novos fenômenos. A política de repressão, as violações de direitos e a impunidade para os agressores persistiram.

Redenção não é exceção à regra: uma cidade relativamente pequena, mas com problemas de segurança que remetem a cidades maiores, dados os casos de crime e violência, da alegada presença e controle de certas áreas pelo crime organizado e a observável carência de políticas de segurança pública, mediante uma possível ausência de comparecimento do Estado.

⁶ COSTA, N. R. da. **Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato grosso**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, 111-118, 2004.

⁷ ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea**. 282f. Tese (Concurso de Livre Docência) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996

O cenário brasileiro de crescimento da violência e criminalidade e a consequente sensação de insegurança provocou paralelamente o aumento dos debates sobre segurança pública e a partir disso tem se motivado questionamentos, sobretudo, à instituição policial e às políticas de segurança do Estado.

Nessa perspectiva, destacam-se as pesquisas como fator indispensável para a produção de conhecimento sobre o tema. Como aponta Rolim (2006, p. 277) “O conhecimento sobre os principais temas relativos à segurança pública e policiamento seria inconcebível sem o desenvolvimento impressionante das pesquisas na área, especialmente nos últimos 30 anos.” O autor ainda destaca a relevância social das pesquisas, que podem desempenhar um papel importante na elaboração das políticas estatais, como ocorre em países onde “decisões políticas sobre segurança pública que não estejam fundamentadas em evidências não se legitimam e costumam ser evitadas pelos gestores”. (id. *ibid.* p.278)

A escolha da temática da Segurança Pública, em primeira instância, se deu, porém, por um dilema: a inegável crescente discussão e análise da temática no país, em diversos âmbitos, e ainda sim a escassez de pesquisas que prezam por estudos referentes aos interiores dos estados e não somente os grandes centros urbanos. No caso de Redenção – sobretudo suas periferias – são escassas as pesquisas de cunho acadêmico em todas as esferas sociais, espera-se, no entanto que a existência de uma universidade voltada para a população do interior instigue o investimento de pesquisadores na produção intelectual sobre esse mesmo interior.

Logo, faz-se importante a elaboração de pesquisas que analisem questões do interior do estado. Primeiro, para não tornar os problemas metropolitanos e suas soluções universais, ou seja, padrões em toda e qualquer cidade – ainda que possa haver semelhança, cidades possuem peculiaridades e tanto as proporções desses problemas quanto as formas como se estruturam podem ser diferentes. Segundo, porquê o interior tende a ser carente de políticas do Estado, seus problemas precisam ser ouvidos, assim pesquisas podem dar voz às suas demandas. E, terceiro, pela produção de conhecimento científico, onde geralmente impera o senso comum. Partindo desses pressupostos, este projeto torna-se um diferencial ao preocupar-se com problemas de segurança pública de uma cidade do interior, com um recorte em um distrito estigmatizado.

Em segunda instância, e ainda mais motivador, a elaboração do projeto de pesquisa se dá a partir de percepções através de residência por um período na comunidade de Antônio Diogo que contrastam com as percepções durante residência em área central da cidade – como

a observação de abordagens policiais mais frequentes no bairro. Dadas as vivências nos dois espaços se possibilitou observar as diferentes formas de como são percebidos os dois lugares.

Ainda, perceptível e instigante, as formas como as pessoas se associam ao lugar onde residem, especialmente as que moram em Antônio Diogo, atribuindo ao distrito um caráter quase que municipal, ou mesmo alheio a Redenção. Assim, para algumas pessoas o sentimento de pertencimento ao distrito é maior que o sentimento de pertencimento da cidade.

É, portanto, um paradoxo instigante para a elaboração da pesquisa: um território estigmatizado, mas que propicia uma grande sensação de pertencimento para alguns moradores. Diante disso, se torna ainda mais interessante pesquisar esse distrito que, de acordo com os dados obtidos, será, portanto, de grande importância para compreensão da sociedade em que ela se insere e poderá funcionar como auxiliar para pesquisas sobre perspectivas de atuação e formação profissional favoráveis à redução de abordagem policial violenta e à construção de relações não antagônicas entre polícia e comunidade.

4. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O Projeto surge, então, diante de uma problemática que consiste em três elementos principais que se entrelaçam. Primeiro o *território*, mais precisamente marcado pelos *estigmas territoriais*. Conceituado por Loïc Wacquant (2004 apud PAIVA, 2007, p. 75) os estigmas territoriais designam “os lugares por excelência dos ‘desterrados da cidade’, dos grupos marginalizados e das práticas de todo tipo de desvio social”. Percebe-se que esses lugares segregados, simbólica, espacial e socialmente tendem a ser vistos como perigosos e evitados por ser alegadamente o local onde se encontram pessoas potencialmente perigosas.

Os habitantes do território estigmatizado, ou seja, os “desterrados”, consistem no segundo elemento da problemática: os *suspeitos*. Neste ponto atenta-se às estruturas da elaboração da simbologia do “elemento suspeito” e as suas implicações psicossociais para os indivíduos, orientado basicamente pela seguinte pergunta: *quem é suspeito e porquê?*

O terceiro componente estrutural da problemática é a *polícia*, em especial a Militar, principalmente no que se refere aos mecanismos de abordagem policial e a percepção dos policiais sobre a população civil e território de atuação, bem como as decorrências dessa percepção nas formas de uso da força, ponderando quando estas são legítimas ou não.

O presente projeto, em suma, busca compreender como as características de Antônio Diogo, um local estigmatizado, associado a reputação de violento e perigoso; a imagem

negativa de “elemento suspeito”, elaborada dentro deste território; e as peculiaridades e problemas do modelo da PM, em um contexto geral, e da própria polícia de Redenção em um contexto mais restrito, refletem na forma de atuação dessa mesma polícia – no sentido do uso da força e poder de coerção – e se manifestam no psicossocial dos indivíduos.

Ao considerar, portanto, os três elementos do problema, surge uma série de questões. As questões-problema principais que orientam esta pesquisa são: *Como a construção histórica de Antônio Diogo se liga ao estigma do bairro? Existe um contraste entre a abordagem policial em territórios estigmatizados como Antônio Diogo em comparação com as áreas centrais da cidade de Redenção? Como os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos nesse território? Quais critérios caracterizam um suspeito para abordagem? A abordagem é subjetiva? Internamente, qual a relação entre local e suspeito/não suspeito? Quando a violência é legítima? A violência é o último recurso ou é a ferramenta recorrente? Quais os efeitos psicossociais do estigma territorial e da violência policial para ambos, agredido e agressor? Como é o relacionamento polícia-população civil? Sob que olhar a polícia é vista em um território estigmatizado? Quais os problemas enfrentados pela instituição policial em Redenção e como isso interfere no comportamento dos policiais?*

5. HIPÓTESES

Conforme as observações feitas em Antônio Diogo e Redenção e o conhecimento científico baseado no apoio teórico, pode-se estabelecer as seguintes hipóteses:

A construção histórica de Antônio Diogo, marcada pela localização geográfica distante do centro de Redenção e pelo isolamento de pessoas refletiu na perpetuação do estigma territorial do local juntamente com a reprodução corriqueira de casos de violência e criminalidade, bem como na discriminação de indivíduos que residem neste território, especialmente sua população jovem, pobre e negra. Assim, o lugar promove a sensação de insegurança ao ser percebido como perigoso e violento por ser lugar onde se encontram pessoas perigosas e desviantes, tendendo a ser evitado por pessoas de fora. Em contrapartida, internamente, estima-se a existência de lugares tidos como mais perigosos que outros.

Especula-se, também, a possibilidade de o bairro ser alvo de negatividade hiperbólica, sensacionalismo e generalização, ou seja, vítima de demasiado preconceito e estereótipo, sendo assim, desproporcional ao nível real de periculosidade e violência, mas que contribuem para a

persistência da sensação de medo generalizado do lugar por quem é de fora e medo isolado de determinados locais para quem reside e frequenta o local.

Diante disso, pode-se sugerir a propagação de estereótipos – construídos sob ótica preconceituosa – baseado em aspectos visuais (cor de pele, indumentária, estilo de corte de cabelo, tatuagem) e condição social (pobreza) de determinados indivíduos que residem no bairro e a consequente tipificação depreciativa dos mesmos classificando-os como *bandidos*, *vagabundos*, *piranguinhos* (este último, sobretudo, no caso de adolescentes) entre outros termos, que os torna incômodos sociais; desviantes. Sendo, portanto essa tipificação equivalente à figura do “inimigo” que deve ser combatido pela polícia, e funcionando como fator incentivador para a polícia considerá-los suspeitos em potencial, e consequentemente abordá-los com mais frequência que pessoas que não apresentem essas características.

Supõe-se que a Polícia Militar e a segurança pública da comunidade de Antônio Diogo são deficientes graças a um conjunto de fatores que se entrelaçam e vão além do território da comunidade: número de policiais insuficientes (talvez devido a um baixo contingente policial do município); alto risco de vida e baixo salário para os oficiais de patente mais baixa (a ideia do “muito a perder e pouco a ganhar”, dado os relatos de criminalidade violenta, e que poderia servir como gatilho para eventuais desvios dentro da corporação como extorsão e corrupção); falta de elementos estruturantes: equipamentos, infraestrutura – tendo como referência o Destacamento de Antônio Diogo, que nada mais é que uma casa em condições críticas – treinamento adequados, investimentos estatais (cuja forma de investimentos, na prática, parece se resumir apenas em viaturas).

Considera-se também a hipótese de problemas da Polícia Civil de Redenção afetarem, ainda que indiretamente, a segurança pública e do distrito. Como o caso da Delegacia, que atende à três municípios (Redenção, Acarape, Barreira) e possivelmente não seja capaz de cumprir as demandas dos três municípios em sua totalidade, resultando em uma incidência baixa de investigação e elucidação de crimes. Diante disso, supõe-se que uma baixa resolução de crimes de determinada área, no caso Antônio Diogo, associada a ideia bastante difundida no senso comum de que Polícia Civil e Polícia Militar “são a mesma coisa” e, portanto, realizadoras dos mesmos tipos de trabalho, pode corroborar com a reprodução da ideia da incapacidade, ineficiência e até indisposição dos órgãos policiais em lidar com o crime.

Há de se considerar, ainda, como elementos favorecedores da sensação de insegurança a *seletividade penal*, ou seja, quem o Estado – representado na rua através das forças policiais

– escolhe punir e a *impunidade* tanto para abusos cometidos pelas instituições da ordem quanto significada no demorado/inexistente processo de responsabilização de criminosos.

Quanto a abordagem policial, estima-se que exista um contraste entre as formas de abordagem em territórios estigmatizados como Antônio Diogo e as regiões centrais de Redenção. Esse contraste sugeriria que a incidência da abordagem é maior em áreas consideradas mais perigosas – maior no bairro que no centro da cidade – e uma maior probabilidade de truculência e desrespeito aos direitos dos cidadãos com os indivíduos se enquadram nos filtros do elemento suspeito dentro do território estigmatizado. Contudo, não se descarta a possibilidade de abordagens respeitadoras do cidadão, nem a interpretação equivocada de ilegitimidade e violência por parte do indivíduo abordado, que baseado na sensação de insegurança que a abordagem pode promover, ou mesmo pelo incômodo por acreditar que não precisa ser abordado, acaba reagindo violentamente necessitando ser contido.

Ao ponderar sob os efeitos psicossociais da abordagem policial, seja ela violenta e/ou de maior incidência em determinados grupos, considerando, para tanto, o território estigmatizado, supõe-se que membros da população civil tendem a temer e a não confiar na polícia evitando ao máximo o contato por medo de receber um “dura”, reforçando o distanciamento com a instituição.

Também, acredita-se que os preconceitos não partam somente da polícia para a população, mas também o inverso, ou seja, a população também propaga preconceitos contra a polícia como um todo, tais como “brutos”, “mal-educados”, “incompetentes”, generalizando, assim, os policiais. De tal modo, a desvalorização do trabalho policial associada a más condições de trabalho, salários baixos, alto risco de vida em um território constantemente apontado como perigoso, possível falta de acompanhamento psicossocial, podem afetar o psicológico dos policiais gerando um estresse ocupacional que pode influenciar um comportamento violento.

Cogita-se também, a possibilidade de fatores como residir em um local estigmatizado constantemente apontado como perigoso e violento, e ser enquadrado no perfil do elemento suspeito, provoca nos indivíduos, além de maiores chances de sofrer na pele a lógica da “dura” da polícia, dificuldades de integração e interação social dessas pessoas – dificuldades para encontrar trabalho, para se relacionar com pessoas que não compartilham do mesmo estigma, causar incômodo ao frequentar certos lugares, entre outros. Diante disso, podem, uma vez que não se encaixam na “normalidade”, na tentativa de se atribuírem um reconhecimento ou

sentimento de pertencimento à algum grupo, acabam por aceitar o seu desprezo e incorporar para si os estereótipos que tanto lhes foi compelido.

6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O histórico nacional de construção das forças policiais ofereceu como produto para a sociedade uma polícia que funciona como ferramenta de controle social e repressão às classes menos favorecidas. Isso se dá, como sugere Luiz Eduardo Soares⁸ (2005) devido ao histórico de desigualdade e autoritarismo brasileiro, onde o foco negativo é direcionado à base da pirâmide social e que, com isso, forjou a existência de um universo criminoso composto pelas classes subalternas. Tal criação de universo criminoso está explícito no sistema penitenciário do país:

Não por acaso o censo penitenciário nacional retrata uma distribuição perversa de cor idade, gênero e classe social. O quadro não é fiel a distribuição das práticas de crime, na sociedade, mas ao filtro que constrói a suposta realidade do universo criminoso, segundo critérios seletivos bastante específicos. (id. ibid. p. 11-12)

Assim, embora as práticas criminosas estejam distribuídas na sociedade, uma parcela em especial, determinada por características arbitrárias, compõe majoritariamente o sistema prisional. Esse pressuposto de que a amostra populacional dos presídios demonstra que as pessoas que se enquadram nos perfis dessa mesma amostra são elementos suspeitos em potencial e conseqüentemente mais perigosas, assim gera-se um ciclo de difusão e reforço da “criminalização da pobreza, verdadeira consagração do racismo institucionalizado.” (SOARES, 2015, p. 29)

A formação profissional dos policiais nas academias de polícia ainda é um desafio para a sociedade brasileira, segundo Poncioni (2007, p. 26) os cursos de formação profissional policial nas academias “vêm sendo basicamente repetidos, com poucas mudanças no eixo da formação profissional, sem que sejam examinados e avaliados quanto aos seus acertos, falhas e impactos no exercício cotidiano do trabalho policial, tendo em vista mudanças e solução dos problemas encontrados.” Ainda conforme a autora, embora o Brasil possua duas corporações policiais (Polícia Militar e Civil) e suas funções, estruturas e técnicas sejam distintas existem

⁸SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. In: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

tendências semelhantes na formação profissional dos policiais de ambas corporações. Destacam-se, dentre essas tendências, uma concepção dominante marcada pela difusão do policial combatente e um déficit de formação refletido no despreparo para lidar com atividade preventiva, sendo a ação de intervenção de conflitos e contato direto com a população o foco empregado à ação policial. (id. *ibid.*) Esse enfoque adotado pela polícia brasileira é aquilo que Rolim (2006) aponta como *modelo reativo de polícia*: uma polícia cuja característica é *reagir* ao crime, ou seja responder às ocorrências após o acontecimento das mesmas, assim desse modelo se espera reação e não prevenção.

As polícias brasileiras estão marcadas pelo princípio do “combate ao inimigo”, sendo esse inimigo o crime/criminoso e que deve ser neutralizado a todo custo “um inimigo marcado pela sua periculosidade potencial presumida”. (MOREIRA, 2016, p. 4) Para que esse objetivo seja alcançado, no entanto, a polícia se vê autorizada a agir, por vezes, através de ações ilegais e truculentas que violam os Direitos Humanos, aquilo que se conhece por *violência policial*, cujas principais vítimas são aquelas que se enquadram nos filtros que constroem o elemento suspeito, como sugere Teresa Pires do Rio Caldeira em *Cidade de Muros*⁹:

os principais alvos da violência policial não são adversários políticos, mas sim os "suspeitos" (supostos criminosos), em sua maioria pobres e desproporcionalmente negros. Em parte por causa do apoio popular a essa violência, as violações dos direitos humanos são uma questão pública, exibidas diariamente pelos meios de comunicação de massa, livres de censura. (CALDEIRA, 2000, p. 158)

Essa ideia do combate ao inimigo é aprofundada também no pensamento de outros autores como no caso de Costa e de Moreira¹⁰, respectivamente:

Para ser eficientes na repressão, alguns policiais acham que têm de combater o criminoso a todo custo e com todos os meios. Com isso, acabam identificando o delito (crime) ao criminoso, o que justifica o uso da força física. Esse “inimigo” é visto como uma ameaça à segurança do Estado e à ordem social. (COSTA, 2007, p. 113)

O paradigma de guerra civil vivenciada hoje serve como justificativa para a utilização de estratégias de um Estado de exceção. A estratégia de

⁹ CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

¹⁰ MOREIRA, Marcos Giovani Ribeiro. “**Esse bicho tá (des)considerando o nêgo**”: os pirangueiros como **representação social do inimigo**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA HOJE. 6., 2016. Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, Editora Rede Sirius/UERJ, 2016.

disseminação da ideia de existência de um inimigo, difuso e potencialmente perigoso é a principal delas, pois legitima a utilização de práticas que, em situações de ‘normalidade’, não seriam utilizadas. Um exemplo dessas práticas é a identificação do ‘inimigo’ através de estratégias não usuais aos regimes democráticos, como por exemplo: as práticas de abordagem com o viés extremamente ostensivo e militarizado, sem a observância dos limites legais, dos direitos e garantias individuais. Neste caso os preceitos legais perdem sua relevância, frente a iminência de perigo constante que atinge a coletividade. É a operacionalização militar, suplantando a legalidade, em nome do combate ao inimigo da sociedade. (MOREIRA, 2016, p. 9)

Essa articulação se exemplifica no uso prático do termo “fundada suspeita” como fator legitimador da abordagem, mas que nem sempre a tal fundada suspeita tem um fundamento legítimo. Se reproduz também na prática de uso excessivo da força, uma das práticas que estão “profundamente enraizadas na história brasileira.” (CALDEIRA, 2000, p. 142-143)

A abordagem policial é a forma de contato mais próxima entre a polícia e a população civil, geralmente feitos nas patrulhas rotineiras e “fora de um contexto de ocorrência criminal, sem informações concretas que fundamentem a suspeita, estando, portanto, mais abertas ao adicionamento de estereótipos e preconceitos.” (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 16) As autoras também ressaltam que “é digno de nota que, sendo a suspeita parte intrínseca do trabalho de polícia, o discurso sobre ela se encontre tão pouco articulado, mesmo entre oficiais de uma geração mais jovem” (ibid., p. 38).

As formas de abordagem compreendem a intervenção de pessoas tanto a pé quanto em veículos, para tanto as polícias fazem uso de determinados procedimentos. No caso de pessoas a pé é comum a tática popularmente conhecida como *baculejo*¹¹ e em veículos as *blitzes*¹² – que dependendo da situação não descarta a possibilidade de uma busca pessoal. Silvia Ramos e Leonarda Musumeci, também enfatizam que, embora a premissa da abordagem em ações rotineiras seja que todo e qualquer cidadão seja passível de abordagem e revista, apenas alguns serão selecionados, e tal seleção não é ao acaso; dependente de critérios prévios de suspeição como aparência, atitude, horário, local, isolados ou combinados com outros fatores. (id. ibid. p, 16-17)

Um fator que se deve destaque ao tratar de abordagem policial é o *local*, sobretudo a relação local-tipo de suspeito. Como sugerem Ramos e Musumeci (2015) é essencial refletir tanto sobre as diferentes naturezas e situações de abordagem quanto às áreas da cidade em que

¹¹ O *Baculejo* consiste na investigação no corpo do indivíduo; é o procedimento de revista pessoal.

¹² As *Blitzes* são ações de abordagem em operações repentinas que visam inspecionar veículos e pessoas a fim de combater ilegalidades.

acontecem a abordagem. As diferentes áreas da cidade podem fornecer informações e dados diferentes, é preciso, então, considerar as peculiaridades dos territórios que constituem a cidade. É partindo desse pressuposto que o projeto busca considerar o estigma que marca o território de um bairro periférico ao ser qualificado como perigoso e violento e conseqüentemente as pessoas que nele se encontram.

Ao pensar o estigma é preciso, porém, entendê-lo em sua pluralidade, para tanto Erving Goffman apresenta três tipos distintos de estigma:

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. (GOFFMAN, 1988, p. 13)

Os três tipos de estigma distintos propostos pelo autor, sugerem, no entanto, um princípio comum: a depreciação de indivíduos baseados em atributos que os distinguem da “normalidade” imposta socialmente. E o atributo que estigmatiza geralmente anula a consideração de outros atributos que não sejam depreciativos. Ao ponderar sobre estigma Moreira aponta “que o estigma exerce a função de ‘categorizador’, etiquetando as pessoas, dividindo-as em categorias, baseado em características superficiais como o modo de vestir, a aparência física, a cor da pele, o território onde mora, o comportamento e etc.” (2016, p. 4)

No que concerne ao projeto, o foco se dá aos estigmas que marcam o território, no que Wacquant (2004) sugere como “estigmas territoriais” em *Os condenados da cidade*¹³, que designa lugares onde se concentram grupos marginalizados, cujos próprios estigmas são reforçados ao residir nesses locais segregados. Como aponta o autor, pensar a pobreza urbana requer considerar a existência de um estigma poderoso que é proveniente do fato de viver em espaços segregados. O bairro tomado para análise no projeto demonstra essas características

¹³ WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001.

apontadas por Wacquant. Se localiza a uma distância considerável do centro da cidade, aproximadamente 11 km, e é marcado pelo histórico de controle social através da segregação de pessoas portadores da hanseníase, com a criação da Colônia leprosário em 1928. (FERREIRA, 2009) Na pesquisa feita por Feitosa¹⁴ no antigo leprosário de Antônio Diogo, autora reforça a ideia do isolamento contida nos depoimentos dos antigos pacientes:

As falas dos ex-asilados expressam a consciência de que a Colônia era um espaço destinado para isolá-los dos demais seres humanos sadios. Era para tratamento, mas também lá fora não queriam ninguém doente, a doença trazia em si o determinismo do ser diferente, do ser excluído, restava só adaptar-se ao real que significava a partir da sua entrada naquele espaço o medo da identificação com o outro igual: doente, deformado, excluído (FEITOSA, 2008, p. 52)

E nos dias atuais, embora não exista mais o leprosário, o distrito de Antônio Diogo, permanece estigmatizado ao ser percebido como lugar perigoso, violento e onde residem “elementos suspeitos” dado os casos de violência e criminalidade. Diante disso, como referencial teórico para ponderar sobre estigmas territoriais, o projeto vale-se, principalmente, da tese de mestrado de Luiz Fábio Paiva (2007) *Contingências da violência em um território estigmatizado* na qual o autor trabalha as dimensões da violência urbana e suas percepções pelos moradores em um bairro estigmatizado, o *Bom Jardim*, que, assim como Antônio Diogo, representa dentro da cidade e fora dela um desprestígio ao ser percebido, também, como violento e perigoso.

Segundo o autor o indivíduo residente em um território com tal estigma tem que lidar com a possibilidade de ser vítima de crime quanto com a desvalorização pessoal:

O estigma de *lugar violento e perigoso* acaba funcionando como uma espécie de medidor das possibilidades de manifestação da violência em territórios mais ou menos perigosos. Os moradores das áreas classificadas como as mais perigosas enfrentam, além do perigo real de ser vítima de um crime, por exemplo, a depreciação inerente ao *estigma* de ser morador de um lugar reconhecido socialmente como degradado pela violência e onde supostamente residem os “elementos perigosos”. (PAIVA, 2007, p. 19)

Ainda, citando Beato (et. al., 2004) o autor aponta que bairros periféricos, onde residem as camadas populares, tem maior tendência a serem considerados, pelas classes privilegiadas como lar da violência e do crime, tal pensamento se funda no fato da violência e da

¹⁴ FEITOSA, A. M. M. **A institucionalização da hanseníase no Ceará: do leprosário de Canafístula ao Centro de Convivência Antônio Diogo**. 2008. 102f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2008.

criminalidade serem mais incidentes nesses locais. Contudo, não significa que os pobres sejam mais ou menos violentos que qualquer outro segmento social. (BEATO et. al., 2004 apud PAIVA, 2007, p. 66)

Em sua pesquisa o autor demonstra que as perspectivas dos moradores sobre a fama de lugar violento são bastante variáveis dentro do bairro:

mesmo morando em um mesmo Bairro, as pessoas experimentam esse lugar de formas muito diversas e, por essa mesma razão, pensam sobre ele de modo muito distinto. Isso, em absoluto, nega que possamos sociologicamente observar certas formas sociais que possibilitam certa sistematização da complexidade da vida dessas pessoas, que estabelecem relações ao morar em um mesmo espaço identificado como um Bairro. (PAIVA, 2007, p. 74)

Tomando, portanto, o bairro Bom Jardim como parâmetro de território estigmatizado, sugere-se que, embora, um bairro estigmatizado seja visto em um contexto geral como perigoso, internamente há uma pluralidade de perspectivas quanto a sua real periculosidade, assim, internamente alguns locais serão considerados mais perigosos que outros, portanto, “algumas localidades específicas [...] de maneira recorrente, aparecem nas falas dos moradores como locais mais perigosos e violentos do Bairro” (ibid., p. 74)

Essa ideia é ressaltada no pensamento de Wacquant ao pesquisar sobre a *banlieue*¹⁵ francesa *Quatre Mille*, que seria um território estigmatizado na França. O autor sugere que:

Aquilo que do ponto de vista externo, parece ser um conjunto monolítico, da perspectiva de seus moradores é um emaranhado de ‘microlugares’: assim, os que ocupam o setor norte do conjunto não querem ser associados a seus correspondentes do setor sul, a quem consideram ‘marginais’ (WACQUANT, 2004, p. 136)

Assim sendo, determinados indivíduos se reconhecem de formas diferentes mesmo dentro de um bairro estigmatizado. Aqueles que residem nesses locais retratados como mais perigosos dentro do bairro, seriam, por conseguinte, considerados mais perigosos e, portanto, deveriam ser evitados, bem como, negada qualquer tipo de associação entre essas pessoas e as “pessoas de bem” – aqueles que não se encaixam nos filtros de desvio e que geralmente residem em locais onde a incidência criminal e violenta é relativamente mais baixa.

¹⁵ Os *banlieues* seriam as periferias das cidades francesas, na qual o autor compara com os guetos norte-americanos.

Percebe-se que ao concentrar os esforços em grupos sociais menos favorecidos, a polícia demonstra corroborar com a visão hegemônica da violência e da criminalidade e com a exclusão social das não-elites que sugere que as classes subalternas é que precisam ser policiadas, não as classes privilegiadas. Para tanto, aponta Marcos Luiz Bretas¹⁶:

Como sempre, o alvo preferido da vigilância policial era o cidadão comum. Não era tão simples quando esse “cidadão comum” não era tão comum. Se realmente existem assuntos impenetráveis ao exame do historiador, o policiamento das classes superiores da sociedade é um sério candidato. Desde a criação das modernas corporações policiais, presume-se que as classes superiores devem ser protegidas e não policiadas. Isso não quer dizer que os “respeitáveis” não pratiquem delitos, mas que a maioria de suas transgressões fogem aos procedimentos tradicionais da polícia. (BRETAS, 1997, p. 84)

Segundo Paiva (2007), a estigmatização territorial desses grupos desprezados encontra apoio tanto no ponto de vista reproduzido por pessoas de fora do bairro quanto por conterrâneos imediatos. Esse processo de discriminação interna seria, portanto, geradora de um sentimento de indignidade pessoal, pois seriam considerados moradores da periferia da periferia.

O estigma territorial também afeta a interação com a polícia, cujos procedimentos de atuação e comportamento podem mudar quando se trata de lidar com residentes de locais estigmatizados. Com isso, o simples fato de residir nesses locais significa carregar consigo a condição automática de suspeito. (WACQUANT, 2004)

Ao considerar outros fatores constituintes da abordagem policial nesses territórios marcados como violentos, Ramos e Musumeci refletem sobre a idade dos sujeitos, como fator de mudança da abordagem, conforme demonstram as autoras:

A idade (ter menos de 18 anos, ou mais) foi outro fator identificado como capaz de alterar a relação com a polícia. As experiências dos jovens de 14 a 18 anos moradores da Zona Oeste indicam que frequentemente os policiais, logo no início da abordagem, perguntam “você é de menor?”, o que talvez indique preocupação em não desrespeitar o Estatuto da Criança e do Adolescente. A pergunta seguinte: “menor mora aonde?” parece ser uma forma de localizar espacial e socialmente o jovem em questão, e que também pode servir para saber se abordagem está acontecendo perto ou longe da família. Para os moradores das áreas mais pobres e socialmente consideradas violentas, “ser de menor” não os isenta da suspeita de praticar delitos (tráfico, uso de drogas, roubo, pichação), mas pode indicar aos policiais a necessidade de seguir (ou contornar) certas exigências da lei. Nesse sentido, do ponto de vista dos adolescentes, dizer “sou

¹⁶ BRETAS, Marcos Luiz. **Observações sobre a falência dos modelos policiais.** *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 79-94, maio de 1997.

de menor” aciona uma estratégia que pode evitar maior violência. (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 76-77)

Além da idade, as autoras destacam outros fatores que podem condicionar a abordagem, como cor de pele, gênero, indumentária, e condição social. Quanto a cor de pele segundo as autoras “ser parado(a) a pé na rua ou em transporte coletivo é uma experiência que de fato incide desproporcionalmente sobre os negros”. (ibid., p. 211) No caso do gênero, as autoras destacam a incidência maior de abordagem sobre indivíduos do sexo masculino, dado a “difusão e a universalidade da norma segundo a qual ‘um policial não pode revistar uma mulher’”. (ibid., p. 42)

Quanto a indumentária para as autoras, “chama atenção o número de vezes em que vestimenta, adereços e outros signos da adesão a ‘estilos’ comuns entre os jovens da cidade são listados como elementos que comporiam um tipo suspeito para a polícia.” (ibid. p. 89) A questão da indumentária como compositor do suspeito pode ser bastante percebida na periferia na tipificação do *pirangueiro*, que como aponta Moreira (2016) são conhecidos por um estilo composto geralmente por bermudas, cordões, pulseiras, bonés, chinelos, camisas de determinadas marcas e cabelos tingidos.

Quanto as condições sociais, Ramos e Musumeci (2006), ressaltam que estas podem definir os tipos de abordagem. Em primeiro momento a polícia ao abordar jovens de classe média buscaria drogas ou se valeria de extorsão, em contrapartida, com jovens de classe baixa a abordagem tende ser mais dura, visto que são associados a traficantes ou assaltantes, possivelmente resultando em violência corporal e humilhação.

É importante destacar que a polícia como representação prática do Estado, detém o monopólio do uso da força conforme a teoria weberiana. Entretanto, o uso dessa força, por vezes, se torna abusiva e, portanto, ilegítima. Não obstante, sempre fez parte do arsenal da polícia brasileira. De acordo com Caldeira:

As práticas de violência e arbitrariedade, o tratamento desigual para pessoas de grupos sociais diferentes, o desrespeito aos direitos e a impunidade daqueles responsáveis por essas práticas são constitutivos da polícia brasileira, em graus variados, desde sua criação no começo do século XIX até os dias atuais. (CALDEIRA, 2000, p. 142)

Guaracy Mingardi sugere que internamente nas polícias, tanto brasileiras quanto de outros países, existem dois motivos que justificam a violência policial:

O primeiro, é que muitas vezes a lei é dúbia, deixa margem para interpretação. Em casos assim, os policiais agem de acordo com regras próprias, por vezes infringindo o espírito das leis. O segundo é que alguns policiais extrapolam a lei, atuando de forma ilegal, espancando, torturando ou mesmo executando criminosos ou supostos criminosos. Frequentemente com apoio de algum segmento social. (MINGARDI, 2015, p. 14)

É importante destacar que o projeto não visa condenar o uso da força pela polícia – desde que legítima –, mas considerar que o uso excessivo e desmedido compromete a credibilidade da corporação, bem como a confiança depositada na polícia como protetora dos direitos do cidadão. Para tanto, reproduz-se a seguinte ideia de Rolim:

Não se trata, então, de menosprezar o papel repressivo a ser desempenhado pela polícia. O respeito à lei e à própria ideia de civilização democrática seria uma noção inconsistente se imaginássemos que os infratores não deveriam ser reprimidos ou que, em algumas circunstâncias, as pessoas não pudessem ser demovidas de suas intenções ou removidas de onde estão por meio da força legítima empregada por policiais. O problema que estou sublinhando é outro. Penso que para uma perspectiva humanista seja muito importante definir o trabalho policial como aquele vocacionado por uma missão civilizadora, algo que sua identificação com a ideia de “força” termina atrapalhando. (ROLIM, 2005, p. 28)

Deve-se destacar também as deficiências da polícia e da segurança pública como fatores que podem contribuir para a truculência, sendo um dos primeiros fatores a tendência brasileira de reduzir a segurança pública a uma questão de polícia, quando deveria englobar Ministério público, sistema carcerário e Tribunal de Justiça. (BELTRAME apud MENA, 2015, p. 20-21) A deficiência da polícia se demonstra na precariedade elementos estruturantes das corporações policiais. Conforme Fernanda Mena:

As polícias, de fato, não se encontram sós nesse quadro de violência, em cujo verso estão os baixos salários, o treinamento deficiente, a falta de equipamentos e o duro enfrentamento de criminosos cada vez mais organizados e armados, que não vacilam em atirar, na certeza de que, ao escaparem vivos de um cerco, dificilmente serão pegos por uma investigação. O embrutecimento dessa polícia é também o da sociedade brasileira, um país em que se banalizaram o assassinato, o racismo, o desrespeito às leis e a corrupção. (MENA, 2015, p. 21)

Assim, considera-se essas condições que os policiais estão sujeitos como *fatores estressores*, pois põem em risco tanto a vida do policial quanto sua saúde física e psicológica. Segundo Nicolau:

O estresse é uma resposta do organismo frente a um perigo. Ele prepara o corpo para fugir ou lutar. Existem muitas coisas que disparam os mecanismos do estresse, que podem ser externas ou internas, agudas ou crônicas. As externas incluem condições físicas adversas (como dor, frio ou calor excessivos) e situações psicologicamente estressantes (más condições de trabalho, problemas de relacionamentos, insegurança e outras). Entre as internas, estão também as condições físicas (doenças em geral) e psicológicas. (NICOLAU, 2009, p.47)

Outra característica importante é que funciona como fator estressor é a falta de reconhecimento da sociedade para com o trabalho policial, o que acaba por gerar sentimentos de frustração, inutilidade e improdutividade. (AMADOR, 2000, apud MENDES, 2013) O que se pode sugerir como incentivador de desmotivação profissional.

Portanto, sugere-se que os elementos que fundamentam o estresse ocupacional associados a uma possível falta de acompanhamento psicossocial para esses profissionais e a outros fatores construídos socialmente como o estigma territorial, estereótipos e racismo institucionalizado e a militarização e autoritarismo ideológicos da segurança pública, funcionam como transformadores do comportamento policial, que em segunda instância afetam a segurança pública dos indivíduos da população civil.

7. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Propõe-se para este trabalho uma pesquisa de campo no distrito de Antônio Diogo, alicerçada pelos referenciais teóricos que dialogam com a temática – bem como um aprofundamento maior na literatura sobre cultura policial, discricionariedade da ação policial e pedagogia da suspeita. Em campo serão pesquisadas tanto pessoas quanto territórios do distrito de Antônio Diogo, considerando para tanto, alguns elementos do seu campo social – história, política, segurança pública.

De acordo com a temática da pesquisa a ser realizada e para que se possam ser alcançados os seus objetivos, uma vez que o ambiente tomado para análise será fonte direta de obtenção de dados, julga-se necessário perceber as particularidades do território e de seus moradores, considerar experiências, relatos e casos. Portanto, será necessário um trabalho intensivo de campo, precedido por uma pesquisa de caráter exploratório como estratégia de inserção do pesquisador na comunidade.

A pesquisa abrangerá contato com os indivíduos da população civil – pessoas de diferentes idades, gêneros e condição social – assim como com variados lugares dentro da comunidade, propondo uma maior coleta de dados. Serão pesquisados perfis de indivíduos e de territórios, bem como a relação entre ambos: como as pessoas se reconhecem no respectivo território e como percebem outras pessoas e outros territórios, perspectivas de vida propiciadas pelo ambiente em que vivem, comportamentos. O contato com determinados indivíduos e ambientes, tendo em vista as condições de observação de um tema perigoso, as quais podem pôr em risco a integridade do pesquisador, se dará a partir de possibilidades de acesso aos mesmos, podendo em alguns casos se tornar limitado ou inacessível

Para coleta dos dados, a pesquisa se valerá de diferentes técnicas etnográficas para aproximação do pesquisador e daqueles que serão estudados. Serão realizadas observações com o máximo de detalhes possíveis, entrevistas e pesquisa em arquivos.

No que se refere aos objetivos do projeto, a pesquisa possui um caráter descritivo, pois propõe-se uma abordagem onde haja observação do objeto de estudo e das suas variáveis e o detalhamento minucioso dos dados adquiridos. Para tanto, procura-se estabelecer interação entre pesquisador e o objeto a ser estudado de forma a potencializar as informações obtidas.

Para esta pesquisa, portanto, a profundidade da compreensão do assunto estudado é mais importante que a ilustração numérica, assim, a pesquisa com abordagem *qualitativa* através de procedimento etnográfico, se adequa melhor a proposta geral do projeto, ao passo que se busca relatar com maiores detalhes e com mais profundidade a realidade estudada através da proximidade entre pesquisador e objeto. Ainda, a abordagem qualitativa permite adaptação da própria estrutura do projeto conforme eventual necessidade, assim sendo o objeto de estudo se torna bastante flexível podendo ser construído e reconstruído no decorrer do processo de investigação.

Uma vez concluída, a pesquisa poderá, então, servir como referencial aos interessados em refletir sobre algumas questões de segurança pública da região em que ela se insere, tanto para produção de conhecimento quanto para propostas de políticas públicas.

8. MÉTODOS / DESENHO DOS INSTRUMENTAIS DE PESQUISA

As atividades para a pesquisa se iniciarão a partir de janeiro de 2018, com estimativa de conclusão para dezembro de 2019. Para realização da pesquisa em campo optou-se, principalmente, pelo método *qualitativo* através do procedimento de *observação*. Pretende-se fazer uso de um conjunto de técnicas que se complementem para enriquecer a obtenção de dados como, no âmbito prático, observação e entrevistas, e no âmbito teórico pesquisa bibliográfica.

Para coleta de dados em campo o pesquisador deverá atentar para algumas ações e técnicas que, conforme Angrosino (2009), são ferramentas para facilitar a coleta de dados em pesquisas etnográficas:

- 1) *Estabelecer vínculos na comunidade. Contudo, atentando para não se tornar um fardo para a comunidade;*
- 2) *Observação: deve ser feita com a maior riqueza de detalhes possível e com o mínimo de interpretação, procurar identificar padrões e eventualidades. Deve-se, também, fazer anotações detalhadas, considerando cronologia.*
- 3) *Entrevistas baseadas na interatividade, com perguntas não necessariamente sistematizadas, uma vez que a partir do diálogo podem surgir novas questões.*
- 4) *Pesquisa em arquivos.*

A estratégia de observação será aplicada de duas formas: *observação não-participante*, e, sobretudo, *observação participante*. A primeira será usada na fase exploratória da pesquisa, onde o pesquisador estará desempenhando papel de espectador, como estratégia para elaboração de primeiras impressões sobre determinados locais e indivíduos – identificar padrões comportamentais, frequência a determinados lugares, características de pessoas e grupos. Uma vez feito um esboço do cenário e de pessoas o pesquisador poderá elaborar estratégias para a pesquisa de forma mais consistente e objetiva, procurar estabelecer vínculos e então elaborar um roteiro de observação para partir para a observação participante.

Durante a observação participante, o pesquisador deverá fazer uso de ferramentas que puder dispor – blocos de notas, gravadores, câmeras – para auxiliar o registro constante e detalhado de observações. Cabe ao pesquisador, também, fazer o possível para se engajar na comunidade e se relacionar com indivíduos que deseja estudar. Contudo, sem perder a postura de pesquisador.

O pesquisador poderá empregar a observação em lugares de relações interpessoais: ambientes de práticas esportivas, de difusão cultural, ambientes religiosos, escolas, lazer

(festas, bares, restaurantes), transportes. E também estabelecer interlocução com entidades de assistência social do distrito de Antônio Diogo, e do município como um todo – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar. Diante das possibilidades de interação nesses ambientes realizar, então, entrevistas.

No que se refere à interação com as forças policiais, pretende-se estabelecer contato, em primeira instância, com componentes da Polícia Militar – de diferentes patentes – e de forma complementar com componentes da Polícia Civil. Serão pesquisados mecanismos e formas de atuação policial na comunidade – suas causas e implicações na população e nos próprios policiais –, relacionamentos com a população e perspectivas da profissão.

As entrevistas serão realizadas pelo pesquisador de forma *semiestruturada*: com questões previamente formuladas, mas que servirão, na maioria das vezes, apenas como referenciais para orientar a entrevista, permitindo e incentivando, dessa forma, a narrativa livre dos entrevistados, de forma individual ou em grupo. Será considerada, também, a pesquisa em arquivos, que se dará a partir das possibilidades de acesso à arquivos relacionados à temática e da relevância dos mesmos.

Para complementar a obtenção de dados, dada a flexibilidade permitida pela abordagem do projeto, poderá se fazer necessário o uso de outras técnicas. Para tanto, o pesquisador poderá trabalhar a combinação de métodos quantitativos e qualitativos/georreferenciados ao estabelecer relação de apoio e diálogo com os pesquisadores do SEJUDH/UNILAB¹⁷, e o projeto de extensão coordenado pelo Prof. Eduardo Gomes Machado “Introdução ao geoprocessamento: trabalhando com QGIS¹⁸” que propõe georreferenciamento das cidades de Redenção e Acarape.

Os dados obtidos serão analisados e interpretados tendo como base os objetivos e as hipóteses, bem como os fundamentos teóricos da pesquisa. Na *análise* serão examinados minuciosamente todos os dados obtidos, sendo classificados em diferentes grupos de acordo com os interesses da pesquisa, assim serão estabelecidos significados às informações coletadas no decorrer da pesquisa. Uma vez analisados os dados, o próximo passo é a *interpretação* dos mesmos. Aqui, serão trabalhados os significados propostos pelas informações analisadas. Sendo um processo que considera a comparação entre os dados obtidos e as hipóteses e

¹⁷ Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) - UNILAB.

¹⁸ Software de integração de dados georreferenciados.

Redação Preliminar do Trabalho				X	X	X	X	X				
Revisão/Redação final									X	X	X	X

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES

ALENCAR, Jakson de Sousa. **O uso diferenciado da força em abordagem policial**. 2013. 41 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, Maria Pia Palitot Gomes de. **Polícia e justiça: seu papel na definição da delinquência**. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 2, n.2, 1984, p. 85-98.

BANDEIRA, Francisco Walter Oliveira. **Abordagem policial: uma análise dos aspectos constitucionais e legais**. 2015. 58 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BARBOSA, Wendell de Freitas; SÁ, Leonardo Damasceno de. **Redefinição da condição de morador: reciprocidades conflituosas entre polícia e população no patrulhamento ostensivo da polícia militar**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. Anais... Natal: ABA, 2014, p. 1-21.

BELLI, Benoni. **Polícia, tolerância zero e exclusão social**. *Novos Estudos*, [s.l], n. 58, pp. 157-171, nov. 2000.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim**. 2015. 471f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo: Edusp, 2002.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. **Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento**. Cad. CRH, Salvador, v. 23, n. 60, p. 437-447, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MUNIZ, J.; JÚNIOR, D. P.; DINIZ, E. **Uso de força e ostensividade na ação policial**. Grupo de Estudos Estratégicos. GEE - COPPE-UFRJ, Rio de Janeiro.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Polícia e crise política: o caso das polícias militares**. In: PAOLI, Maria Celia et alii. **A violência brasileira**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. p. 57-92.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência**. Tempo soc., São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-167, May 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701997000100008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 13 dez. 2017.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Polícia e Violência Urbana em uma Cidade Brasileira”. **Etnográfica**, vol. 15, no 1, 2011. Disponível em: <<https://etnografica.revues.org/828>> Acesso em: 13 nov. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea**. 282f. Tese (Concurso de Livre Docência) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

_____. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa**. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2), p. 7-40, 1991.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009

BRETAS, Marcos Luiz. **Observações sobre a falência dos modelos policiais**. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 79-94, maio de 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

COSTA, N. R. da. **Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato grosso**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, 111-118, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo. et al. **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, p. 19-26, 2015.

MENDES, E. de O. **A saúde psicossocial na segurança pública brasileira**. 73f. 2013. Monografia - Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2013.

MINGARDI, Guaracy. Apresentação. In: KUCINSKI, Bernardo. et al. **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, p. 13-17, 2015.

NICOLAU, Álvaro Antônio. **Ensaio sobre o sofrimento psicológico de policiais**. FGR em revista, Belo Horizonte, ano 3, n. 4, p. 45-57, ago. 2009.

FEITOSA, A. M. M. **A institucionalização da hanseníase no Ceará: do leprosário de Canafístula ao Centro de Convivência Antônio Diogo**. 2008. 102f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2008.

FERREIRA, A. N. G. **A Fundação do Leprosário de Cannafístula: enfim a salvação de todos?** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.

MOREIRA, Marcos Giovani Ribeiro. “Esse bicho tá (des)considerando o nêgo”: os pirangueiros como representação social do inimigo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA HOJE. 6., 2016. Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, Editora Rede Sirius/UERJ, 2016.

PAIVA, Luís Fábio S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 2007. 191f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2007.

PONCIONI, Paula. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 1, ed. 1, p. 22-31, 2007.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

ROLIM, Marcos Flávio. A síndrome da Rainha Vermelha: Para uma crítica ao modelo reativo de policiamento. In:_____. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. Estatísticas criminais: Ou a conta de Humpty-Dumpty. In:_____. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. In: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

_____. Por que têm sido tão difícil mudar as polícias? In: In: KUCINSKI, Bernardo. et al. **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, p. 27-32, 2015.

WACQUANT, Loïc. Proscritos da cidade: estigma e divisão no gueto no gueto norte-americano e na periferia urbana francesa. In:_____. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan/ FASE, 2001, pp. 131-159.

Portais e matérias jornalísticas:

Disponível em:< <https://al-ce.jusbrasil.com.br/noticias/2074346/distritos-de-jurema-e-antonio-diogo-apresentam-pedidos-de-emancipacao>> Acesso em: 05 dez. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/panorama>> Acesso em: 08 nov. 2017.

Cinco corpos são encontrados em um canal na cidade de Redenção. *Diário do Nordeste*, 2014. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/cinco-corpos-sao-encontrados-em-um-canal-na-cidade-de-redencao-1.1091210>> Acesso em: 03 nov. 2017

Corpo carbonizado é encontrado em matagal em Redenção. *CNEWS*, 2016. Disponível em: <http://cnews.com.br/cnews/noticias/100712/corpo_carbonizado_e_encontrado_em_matagal_em_redencao> Acesso em: 04 nov. 2017

FREITAS, Levi de. **População relata tensão e medo.** *Diário do Nordeste*, 2015. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/populacao-relata-tensao-e-medo-1.1449391>> Acesso em: 03 nov. 2017

GONÇALVES, Leda. **Doentes ainda sofrem isolamento.** *Diário do Nordeste*, 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/doentes-ainda-sofrem-isolamento-1.1081811>> Acesso em: 13 nov. 2017

Pastor é morto durante culto religioso no Interior do Ceará. *Diário do Nordeste*, 2016. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/pastor-e-morto-durante-culto-religioso-no-interior-do-ceara-1.1621047>> Acesso em: 04 nov. 2017

SAMPAIO, Liana. **30 distritos aguardam emancipação no Ceará.** *Diário do Nordeste*, 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/online/30-distritos-aguardam-emancipacao-no-ceara-1.862838>> Acesso em: 05 dez. 2017